

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 41/2012**

Período: 10/11/2012 – 16/11/2012

GEDES – Brasil

- 1- Exército participa da distribuição de água em regiões do país
- 2- Grupo homenageia estudantes desaparecidos durante o regime militar
- 3- Brasil participa de simulação virtual de guerra
- 4- Ministro do STF exige maior comprometimento do governo federal com a segurança pública
- 5- Governo oficializa anistia de Marighella
- 6- Compra de caças deve entrar na pauta da visita de Rousseff à Europa
- 7- Regime militar teria treinado índios com técnicas de tortura
- 8- Faculdade de Direito da USP cria Comissão da Verdade
- 9- Historiador analisa relação entre o regime militar e organizações religiosas
- 10- Marinha irá inaugurar Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas
- 11- Comissão da Verdade analisa novos pedidos de alteração de atestado de óbito de militantes
- 12- Coluna opinativa analisa o Livro Branco de Defesa
- 13- Grupo tenta refundar partido que deu sustentação ao regime militar brasileiro
- 14- Brasil estaria disposto a participar de possível missão de paz na Síria
- 15- Comissão Nacional da Verdade visita região do Araguaia para apurar violações de direitos humanos que ocorreram durante o regime militar
- 16- Pesquisador analisa a ampliação dos temas da defesa para outros setores da sociedade

1- Exército participa da distribuição de água em regiões do país

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, ao tratar sobre a liberação de R\$ 1,8 bilhão por parte do governo federal, visando a estruturação do sistema de distribuição de água da região nordeste, a presidenta da República, Dilma Rousseff, destacou que o Exército brasileiro é o responsável pela distribuição de água em diversas regiões do país, fazendo o uso de 4,2 mil carros-pipa, número que Rousseff espera que seja ampliado para 5 mil em curto prazo. (Correio Braziliense - 10/11/12)

2- Grupo homenageia estudantes desaparecidos durante o regime militar

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, Honestino Guimarães, Ieda Delgado e Paulo de Tarso Celestino, estudantes que desapareceram durante o regime militar (1964-1985), foram homenageados em um encontro, nomeado Tortura não tem Perdão, na Universidade de Brasília (UnB), no dia 09/11/12, por “parentes, amigos, contemporâneos e companheiros de luta”. O jornal destacou que “impedir que as histórias dessas pessoas se percam no tempo e recuperar a memória do período da ditadura militar no país foi o mote” do ato. A química e amiga de Guimarães e Delgado, Betty Almeida, mencionou que, pelas prisões terem sido efetuadas sem o consentimento da Justiça, os crimes “não foram só contra eles [os estudantes], mas contra o país todo também.” O

diretor da Associação dos Pós-Graduandos Ieda Delgado, da UnB, Fábio Borges, afirmou que espera que, em 15 meses, a Comissão Nacional da Verdade produza um relatório “que surta efeitos a serem refletidos na garantia da democracia”. O reitor da mesma universidade, José Geraldo de Sousa Junior, destacou que a UnB deve “se envolver na pressão popular para que a Comissão Nacional da Verdade [...] promova justiça”. O *Correio* ainda mencionou que a universidade instalou a Comissão Memória e Verdade Anísio Teixeira, que visa analisar os casos de violações dos direitos humanos que ocorreram na instituição, que “foi uma das universidades que mais sofreu com perseguições, prisões, demissões e desaparecimentos de alunos e professores durante o período da ditadura, sendo inclusive invadida em 1968”. (*Correio Braziliense* – 10/11/12)

3- Brasil participa de simulação virtual de guerra

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, integrantes das Forças Armadas brasileiras participaram de uma simulação virtual de guerra com outros oficiais da Argentina, Canadá, Chile, Equador, Peru, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, França, Portugal, Reino Unido e Suécia. Segundo o brigadeiro Antonio Carlos Egito, diretor do exercício nomeado Cruzex, a ação visa “treinar comandantes nas tomadas de decisões necessárias em situação de combate” e permite que as equipes vivenciem experiências complexas, mesmo que em ambiente virtual. O jornal ainda afirmou que a simulação envolve atividades como a elaboração de um plano de inteligência, seleção e escolha de alvos e armamentos, dentro das normas do direito internacional dos conflitos armados. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 10/11/12)

4- Ministro do STF exige maior comprometimento do governo federal com a segurança pública

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, afirmou que a União deve incluir na agenda federal o tema da segurança pública. Em sua opinião, o governo federal “nunca quis assumir” a discussão sobre a segurança pública de maneira ampla e sempre o faz por meio de ‘auxílios isolados’ no setor”. Mendes ainda utilizou como argumento que a União tem recursos das Forças Armadas para tratar da questão. (*O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 10/11/12)

5- Governo oficializa anistia de Marighella

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Justiça oficializou a anistia *post mortem* do ex-guerrilheiro Carlos Marighella. Tal reconhecimento havia sido realizado previamente em dezembro de 2011, com um pedido de desculpas do Estado brasileiro. Segundo o *Correio*, no ano de 1996, a Comissão de Mortos e Desaparecidos responsabilizou a União pelo assassinato do ex-militante. Para o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, a anistia concedida a Marighella representa uma “revisão de injustiça cometida no passado, no que se refere à reparação moral para a família de uma pessoa histórica como o Marighella” e uma oportunidade para o Estado brasileiro reparar os erros cometidos no passado.

O *Correio* ainda evidenciou que a conselheira da Comissão da Anistia, Ana Clara Guedes, afirmou que "o Estado interferiu em sua vida, privando sua liberdade ao prendê-lo e ao forçá-lo à clandestinidade, e ao retirar o maior e mais importante bem que temos: a vida". O *Correio* reportou que Marighella filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro aos 18 anos, foi forte opositor do governo de Getúlio Vargas e do regime militar. A *Folha* evidenciou que, segundo a Comissão da Anistia, Marighella "era considerado pelo Dops [Departamento de Ordem Política e Social] um dos maiores teóricos do comunismo brasileiro e um eventual substituto de Luis Carlos Preste". O ex-militante foi assassinado em uma emboscada armada por 30 agentes do Dops, liderados por Sérgio Paranhos Fleury, em novembro de 1969. A família de Marighella requisitou somente o reconhecimento da perseguição ao militante, sem a necessidade de reparações financeiras. O *Correio* ainda afirmou que, de acordo com o Ministério da Justiça, existem 60 mil pedidos de anistia e que, destes, 50 mil já foram julgados. (*Correio Braziliense* -10/11/12; *Folha de S. Paulo – Poder – 10/11/12*)

6- Compra de caças deve entrar na pauta da visita de Rouseff à Europa

O jornal *Correio Braziliense* informou que no mês de dezembro de 2012 a presidenta da República, Dilma Rouseff, viajará ao continente europeu, com visitas programadas à França e à Rússia. Com relação ao primeiro país, o jornal destacou que possivelmente estará na pauta de discussões o contrato para a compra dos 36 caças para a Força Aérea Brasileira, negócio avaliado em cerca de R\$ 10 bilhões. Até o momento, os aviões Rafale, da França; Gripen, da Suécia; e F18, dos Estados Unidos, estão na disputa. A Rússia deve tentar inserir seu avião, Sukóí, na lista, entretanto o país enfrenta problemas diplomáticos com o Brasil por conta do embargo russo às exportações de carne dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso. O *Correio* afirmou que a França trata a venda dos caças com cautela e apontou que recentemente o ministro da Defesa francês, Jean-Yves Le Drian, esteve no Brasil a fim de estabelecer "parcerias militares" e desfocar das negociações acerca dos caças. Durante a visita de Rouseff à França, o governo francês bancará todas as suas despesas. (*Correio Braziliense* - 11/11/12)

7- Regime militar teria treinado índios com técnicas de tortura

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o programa "TV Folha", do dia 11/11/12, veiculou imagens da antiga Guarda Rural Indígena (Grin), as quais estiveram ocultas por 42 anos e foram encontradas no Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo ligado à Comissão da Verdade. O material sugere que o regime militar treinou índios com técnicas de tortura. (*Folha de S. Paulo – Poder – 11/11/12*)

8- Faculdade de Direito da USP cria Comissão da Verdade

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) criou uma Comissão da Verdade para investigar casos de "perseguição, demissões, aposentadorias compulsórias,

delações e outras formas de colaboração” com o regime militar (1964-1985) que envolveram pessoas vinculadas à instituição. A Comissão, que será formada por nove membros, entre os quais devem ser representados professores, funcionários e alunos, foi aprovada por unanimidade pela congregação da faculdade no dia 27/09/12. Estão previstas duas frentes de trabalho: uma para mapear casos de pessoas ligadas à faculdade que foram perseguidas, presas, torturadas, mortas ou desaparecida durante o regime; e outra para examinar a colaboração da faculdade com o regime. Conforme a *Folha*, dos 47 mortos e desaparecidos do período que tinham algum vínculo com a USP, quatro haviam sido alunos da Faculdade de Direito e atuavam no Movimento de Libertação Popular e na Vanguarda Popular Revolucionária. Por outro lado, suspeita-se que Alfredo Buzaid, diretor da Faculdade de Direito entre 1967 e 1969, repassava fichas de alunos da resistência ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Documentos oficiais, a exemplo de atas das reuniões da congregação da época, serão utilizados como fontes de investigação. (Folha de S. Paulo – Poder – 11/11/12)

9- Historiador analisa relação entre o regime militar e organizações religiosas

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o historiador da Universidade de San Diego (Estados Unidos), Kenneth Serbin, apresentou uma análise da relação entre o regime militar brasileiro (1964-1985) e as organizações religiosas. Para o historiador, o apoio por parte de setores e membros dessas organizações foi disperso, e não existe uma obra que sintetize a colaboração, principalmente porque a postura das igrejas foi de “visível oposição ao regime”. Diferentemente do regime argentino, onde a Igreja Católica apoiou as políticas repressivas, no Brasil, os religiosos que apoiaram e colaboraram o fizeram individualmente. Serbin apontou o caso do arcebispo da cidade de Diamantina, no estado de Minas Gerais, dom Geraldo de Proença e Sigaud, que, no dia que seguiu o golpe, instigou a polícia a reprimir padres e seminaristas. O padre José Dumont ficou detido por 40 dias no palácio do arcebispo, proibido de se comunicar com “o mundo externo”. O historiador também apontou que as principais igrejas protestantes tradicionais denunciaram abusos contra os direitos humanos. Sobre as conexões financeiras dessas igrejas com o setor público, o historiador alega que são duvidosas alegações de que possuam ligação com a repressão, mas afirma que o Ministério da Educação, na gestão de Jarbas Passarinho, concedeu assistência à Assembleia de Deus. Serbin aponta que os documentos e arquivos das organizações religiosas são importantes, uma vez que podem conter documentos pessoais que tratem dos assuntos de interesse da Comissão Nacional da Verdade; entretanto, as igrejas podem se recusar a permitir acesso a esses documentos privados. (Folha de S. Paulo – Poder – 11/11/12)

10- Marinha irá inaugurar Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, declarou que na semana de 25/11/12 ocorrerá a inauguração da Unidade de Fabricação de Estruturas

Metálicas (Ufem), na cidade de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. Neste local, a partir do ano de 2013, serão desenvolvidos os cascos dos novos submarinos com propulsão convencional (S-BR) e com propulsão nuclear (SN-BR), em parceria com a França. O ministro da Defesa francês, Jean Le Drian, que recentemente visitou o Brasil, enalteceu a execução do projeto. (Correio Braziliense – Brasília-DF - 13/11/12)

11- Comissão da Verdade analisa novos pedidos de alteração de atestado de óbito de militantes

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a viúva do militante Luiz Eurico Tejera Lisboa, Suzana Lisboa, entrará na Justiça com o objetivo de corrigir o atestado de óbito de Tejera Lisboa, morto no ano de 1972 durante o regime militar (1964-1985). Lisboa teve como motivação o pedido de alteração do atestado de óbito de Vladimir Herzog. No dia 12/11/12, ela apresentou, em audiência pública em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade, em São Paulo, um laudo técnico que, para a viúva, desconstrói a versão oficial que aponta o suicídio de Tejera Lisboa. As Comissões também ouviram os relatos da viúva do militante Eduardo Leite, Denise Crispim. Leite foi torturado por 109 dias até falecer, sendo um dos casos mais violentos de repressão. Todavia, a versão oficial declara que Leite morreu em um tiroteio. (Folha de S. Paulo – Poder – 13/11/12)

12- Coluna opinativa analisa o Livro Branco de Defesa

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Rubens Barbosa, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, analisou a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional, que foi enviada pelo Ministério da Defesa ao Congresso Nacional para discussões. Tal livro, em conjunto com a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa, integram os documentos que sintetizam as atividades de defesa do Brasil. Na avaliação de Barbosa, o Livro Branco expõe os princípios fundamentais da defesa nacional e “analisa os sistemas internacionais, regional e o do Atlântico Sul; examina os tratados e regimes internacionais com reflexos para a defesa (...); indica a aproximação da política externa e de defesa; explica o funcionamento do Ministério da Defesa e seus órgãos”. Além disso, apresenta informações sobre os setores estratégicos para a defesa, como “os sistemas de monitoramento e controle, de gerenciamento da Amazônia Azul, de fronteiras, de controle do espaço aéreo, de mobilização nacional, do serviço militar, de inteligência de defesa, a participação do Brasil em missões de paz, a atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, os programas sociais da Defesa, ações subsidiárias e complementares”. Na avaliação de Barbosa, o Livro Branco estabelece corretamente a complementaridade das políticas externa e de defesa, apontando para a ação conjunta dos dois ministérios (das Relações Exteriores e da Defesa) em prol do interesse nacional, do desenvolvimento e da segurança do país. Sendo assim, o documento sublinha a participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais, como no Conselho de Defesa Sul-Americano, proporcionando que as políticas externa e de defesa do Brasil possam se antecipar, de forma coerente e estratégica, às

modificações nos cenários regional e internacional. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto – 13/11/12)

13- Grupo tenta refundar partido que deu sustentação ao regime militar brasileiro

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 13/11/12 foi publicado no Diário Oficial da União o estatuto e o programa de atuação de um partido que pretende ser uma reedição da antiga Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que sustentou o regime militar (1964-1985). Segundo o texto, o novo partido promete uma “luta contra a comunização da sociedade”, a “defesa de preceitos democráticos”, e afirma que “em respeito à convicções ideológicas de direita, não coligará com partidos que declaram a defesa do comunismo, bem como vertentes marxistas”. A publicação no Diário Oficial é um dos requisitos para que o partido obtenha registro junto à Justiça Eleitoral. O próximo passo é a coleta de 500 mil assinaturas de apoio. O estudante de engenharia e secretário-geral do grupo, João Magnelli, afirmou que, entre os fundadores desse novo partido, há, pelo menos, três membros da antiga Arena. A estudante de direito e presidente nacional do partido, Cibele Baginski, afirmou, sobre o fato de o partido ser associado ao regime militar, que a “[conotação] negativa ou positiva é questão de ponto de vista. Ter um nome desse traz um grande histórico, mas o saldo ainda foi positivo. O Brasil ainda estaria na idade da pedra se não tivesse existido essa época [do regime]”. (Folha de S. Paulo – Poder – 14/11/12)

14- Brasil estaria disposto a participar de possível missão de paz na Síria

Segundo os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, afirmou no dia 13/11/12 que o Brasil “estaria disposto a considerar a possibilidade de participar” do envio de tropas da Organização das Nações Unidas (ONU) para uma missão de paz na Síria, pois já contribuiu com ações semelhantes no passado. O cenário vem sendo estudado pelo Departamento de Operações de Paz da ONU, e necessita da aprovação do Conselho de Segurança. O *Estado* destacou que “apesar do consenso internacional sobre a necessidade de conter o conflito na Síria, as ações contra o país no Conselho de Segurança da ONU têm esbarrado na resistência de China e Rússia, que vêm consistentemente vetando decisões mais duras, que possam resultar em ação militar”. Ressaltou-se ainda, segundo a *Folha*, que não está bem determinado quando a missão ocorreria, se seria antes ou depois de uma transição política na Síria. No Brasil, o Congresso Nacional deve aprovar o envio de militares ao exterior. (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/11/12; O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/11/12)

15- Comissão Nacional da Verdade visita região do Araguaia para apurar violações de direitos humanos que ocorreram durante o regime militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, representantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foram, no dia 16/11/12, à região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia (1967-1975), localizada ao sul do estado do Pará. O grupo de trabalho coordenado pela psicanalista Maria Rita Kehl é composto por

assessores e especialistas em temas indígenas, e tem por objetivo levantar relatos sobre violações de direitos humanos cometidas contra indígenas e camponeses durante o regime militar (1964-1985). A visita se iniciou pela terra indígena Sororó, que se localiza no município São Domingos do Araguaia, onde vivem os índios de etnia Suruí, que criaram a Comissão da Verdade Suruí com o objetivo de apurar casos de violações de direitos humanos cometidos contra os índios durante o regime militar. Em seguida, a comitiva da CNV seguiu para cidade de Marabá onde ouviu depoimentos de camponeses perseguidos pelo regime militar. E, no dia 18/11/12, estava prevista a coleta de relatos de três ex-soldados que participaram da repressão a opositores do regime na região da reserva de Sororó, com o intuito de esclarecer como a organização militar trabalhava no local. (Folha de S. Paulo – Poder – 16/11/12)

16- Pesquisador analisa a ampliação dos temas da defesa para outros setores da sociedade

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP), Peterson Ferreira da Silva, avaliou que os assuntos de defesa têm saído do Ministério da Defesa e envolvido outros setores da sociedade, como os setores diplomático, tecnológico e de administração pública, além de impactar no desenvolvimento e na cooperação internacional. Um exemplo disso é o projeto do blindado sobre rodas Guarani, que envolve o Exército e a empresa italiana Iveco, além de ter grande potencial de exportação na América Latina. De acordo com a *Folha*, a manutenção das Forças Armadas brasileiras pode ser descrita como um “seguro”, pois o país não sofre nenhum tipo de ameaça externa. Na avaliação de Silva, “restringir a defesa a essa única faceta [da ameaça externa] significa autolimitar a magnitude da contribuição desse instrumento em relação ao Estado”. Para exemplificar, o pesquisador citou a bem sucedida relação entre defesa e diplomacia, expressa na criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, em 1991; a participação do Brasil na Missão da Organização das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, desde 2004, e a criação do Conselho de Defesa Sul-americano, em 2008. Já na área de reaparelhamento das Forças, está a parceria entre Brasil e África do Sul, na fabricação do míssil ar-ar de curto alcance A-Darter; e a cooperação entre Argentina, Chile, Colômbia, Portugal e República Tcheca na construção do avião de transporte militar e reabastecimento aéreo KC-390. Silva destacou que o Brasil é um dos 15 países com maiores gastos na área da defesa, entretanto a maior parte refere-se a gasto com pessoal, além de sofrer contingenciamento. (Folha de S. Paulo – Poder – 16/11/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais)
Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC), Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista FAPESP).